

CCJ da Câmara aprova PEC que reduz maioria penal para 16 anos e proposta avança no Congresso



Texto segue para comissão especial e, se aprovado, ainda precisará passar por votações em dois turnos na Câmara e no Senado antes de entrar em vigor.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (10), a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. A proposta recebeu 44 votos favoráveis e 18 contrários e agora segue para análise de uma comissão especial antes de ser apreciada pelo plenário da Casa.

De autoria do ex-deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), a PEC altera o artigo 228 da Constituição Federal para estabelecer que a maioria penal será alcançada aos 16 anos, tornando adolescentes dessa faixa etária penalmente imputáveis, ou seja, sujeitos às mesmas responsabilidades criminais dos adultos.

Atualmente, a Constituição determina que menores de 18 anos são inimputáveis e estão sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Próximas etapas da tramitação

Com a aprovação na CCJ, caberá ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta, criar uma comissão especial para discutir o mérito da proposta. Somente após essa fase o texto poderá ser submetido ao plenário.

Para ser aprovada, a PEC precisará do apoio de pelo menos 308 deputados em dois turnos de votação. Caso avance na Câmara, a matéria ainda dependerá da aprovação do Senado Federal, também em dois turnos.

Relator retirou mudanças eleitorais

O parecer aprovado foi apresentado pelo deputado Coronel Assis. Durante a análise, o relator suprimiu dispositivos que tratavam de direitos políticos e elegibilidade.

Na versão original, a proposta também tornava obrigatório o voto para maiores de 16 anos e reduzia a idade mínima para candidatura a diversos cargos eletivos. Esses trechos foram retirados

sob o argumento de que não possuíam relação direta com a discussão sobre imputabilidade penal.

Dessa forma, o texto passou a tratar exclusivamente da redução da maioria penal.

Debate divide parlamentares

A proposta gerou intenso debate entre parlamentares favoráveis e contrários à mudança constitucional.

Deputados da base governista argumentaram que a redução da maioria penal afeta direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição. Segundo os opositores da medida, a alteração poderia representar uma violação de cláusulas constitucionais protegidas contra mudanças por meio de emendas.

Parlamentares favoráveis sustentaram que adolescentes entre 16 e 18 anos já possuem capacidade de compreender as consequências de seus atos e que a mudança contribuiria para responsabilizar jovens envolvidos em crimes graves, especialmente aqueles ligados a organizações criminosas.

O relator defendeu que a proposta não viola tratados internacionais ratificados pelo Brasil e que a discussão é compatível com o ordenamento jurídico, desde que sejam preservadas as garantias fundamentais dos adolescentes durante o processo penal.

Tema retorna à pauta do Congresso

A redução da maioria penal é uma das pautas mais debatidas no Congresso Nacional nas últimas décadas. O tema voltou ao centro das discussões recentemente após ser cogitada sua inclusão na PEC da Segurança Pública.

Entretanto, a proposta foi retirada daquele texto para tramitar separadamente, permitindo um debate específico sobre a questão. Agora, com a aprovação da admissibilidade na CCJ, a matéria volta a avançar formalmente no processo legislativo e deverá continuar mobilizando diferentes setores da sociedade e do meio político nos próximos meses.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/8361/ccj-da-camara-aprova-pec-que-reduz-maioridade-penal-para-16-anos-e-proposta-avanca-no-congresso-em-27/06/2026-01:03>